

I Encontro CITCEM «Família, Espaço e Património»

Universidade do Minho, 26 e 27 de Novembro de 2010

Painel:

Família, Espaço Doméstico e Espaço Social no Porto Contemporâneo

Coord.: Gaspar Martins Pereira (FLUP/CITCEM)

Comunicação:

O espaço doméstico burguês do Porto no final do século XIX: fronteiras entre o público e o privado.

Nelson Mota

(Universidade de Coimbra / Delft University of Technology)

nmota@darq.uc.pt

1. TENSÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

O filósofo e ensaísta alemão Walter Benjamin escreveu na década de 30 do século XX um texto intitulado “Paris, capitale du XIX^e siècle” onde se refere ao reinado de Louis-Philippe¹ - na 1^a metade do século XIX - como o período em que ocorre o processo de separação entre o homem e o cidadão, o privado e o público². De acordo com Benjamin é nesta altura que “pela primeira vez, o espaço em que vive o homem privado se assume em contraponto ao seu local de trabalho. (...) O homem privado que se ocupa da realidade no seu local de trabalho, procura no interior a satisfação das suas ilusões. (...) [o interior] representa para o homem privado o universo. Ele reúne aí as regiões remotas e as lembranças do passado. O seu salão é um camarote no teatro do mundo”³.

No século XIX, o público torna-se cada vez mais uma ameaça à moral burguesa para a qual o privado se constitui como um refúgio. No entanto, existem diferenças de género nesta dialéctica. O sociólogo Richard Sennett afirma que “o público como um domínio imoral significa coisas relativamente diferentes para homens e mulheres. Para as mulheres, era onde se arriscavam a perder a virtude, a se sujarem (...). O público e a ideia de desgraça estavam intimamente ligados. O público para um homem burguês possui uma diferente conotação moral. Ao se deslocar para o público (...), um homem podia-se retirar desse carácter muito repressivo e

¹ Louis-Philippe (1773-1850) foi rei de França no período conhecido como a Monarquia de Julho (1830-1848).

² O ensaio “Paris, capital du XIX^e siècle” apresentado em 1935 e revisto em 1939, integra uma compilação de textos que Walter Benjamin (1892-1940) preparava, mas que nunca chegou a concluir, denominado “Le livre des Passages”. Esta obra, apesar de incompleta, foi editada postumamente. Cf. BENJAMIN, Walter – **Das Passagen-Werk (le livre des Passages)**. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1982.

³ BENJAMIN, Walter – **Das Passagen-Werk (le livre des Passages)**, p. 67.

autoritário de respeitabilidade que devia encarnar na sua pessoa, como pai e como marido no lar. Por isso, para os homens a imoralidade do espaço público estava associada a um subliminar sentido da imoralidade como um domínio de liberdade, em vez de uma simples desgraça, como era para as mulheres”⁴.

O confronto que se estabelece entre a esfera do público e do privado e as suas consequências nas relações entre os géneros, contribuem para vincar um limite que provoca o desenvolvimento de um ideal doméstico que se estrutura numa entidade que ganha cada vez mais força: a família. Como afirma Michelle Perrot, “enquanto o *laisser-faire*, o ideal da *mão invisível* prevalece como num pensamento económico que marca o passo e vive à custa das brilhantes aquisições do século XVIII, o pensamento político mostra-se preocupado em delimitar as fronteiras e em organizar os *interesses privados*. O que há de mais inovador é sem dúvida a importância atribuída à família como célula de base. O *doméstico* é uma instância de regulação fundamental: desempenha o papel do deus escondido”⁵.

No entanto, para percebermos melhor a forma como se define a fronteira entre público e privado importa também perceber como é que se processou a evolução da relação entre o espaço doméstico e o espaço urbano e como é que a arquitectura do espaço doméstico funcionou como intermediário na negociação entre o domínio do público e o do privado. Para isso vamos utilizar o Porto como caso de estudo.

A partir de um estudo aos processos de licenciamento apresentados à Câmara Municipal do Porto entre 1897 e 1900 foram analisados cerca de 200 projectos que constituem o suporte para o trabalho de investigação que está na base deste texto. Serão apresentadas as diversas categorias que definem a relação entre o edifício e o espaço público e serão discutidas as diferentes formas como o espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX negociava a fronteira entre a esfera pública e a privada.

2. FORMAS DE HABITAR DA BURGUESIA PORTUENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX

As transformações operadas no tecido urbano do Porto entre a criação da Junta das Obras Públicas, em 1763 e o final do séc XIX encontram na cartografia da época um suporte privilegiado que permite estabelecer confrontos entre as diferentes fases em que se processou um dos períodos mais importantes para a definição da cidade contemporânea. Nos momentos críticos da sua transformação, foram produzidas cartas que fixaram instantâneos de um território

⁴ SENNETT, Richard – **The Fall of Public Man**, Londres: Penguin Books, 2002 [1977], p. 23.

⁵ PERROT, Michelle – A família triunfante. In ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (dir.) - **História da Vida Privada. 4º v. : Da Revolução à Grande Guerra**. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 93.

que estava em mudança. Entre 1813 e 1892, as cartas de George Balck (1813), Joaquim Costa Lima (1839), Perry Vidal (1865) e Telles Ferreira (1892) retratam uma cidade em obras. Em todas as cartas percebem-se ruas esboçadas com ocupação incipiente ou ainda inexistente, testemunhos de um crescimento que não se faz de forma sequencial, mas que vai conquistando terreno aos baldios e às propriedades rurais periféricas.

A observação destas cartas permite perceber que a evolução da estrutura urbana do Porto ao longo do século XIX se apoiou em acções pouco coerentes, fruto de processos desarticulados, imperando com maior força a vontade individual e a acção pontual do que o benefício colectivo e o exercício estruturado de transformação do território.

No que se refere aos edifícios verifica-se um processo de continuidade tipológica com os que ocupavam a cidade medieval. Como nota Ernesto Veiga de Oliveira, “passado o primeiro quartel do século XIX, (...) o modo de viver burguês do Porto sofre uma grande alteração: a casa deixa de ser funcional, dissociando-se a residência e a loja, e aparecendo casas apenas de residência; mas estas, agora já apenas por razões de inércia cultural, mantêm o tipo estreito e alto, em que, em vez da loja, fica um escritório com janelas para a rua, muitas vezes gradeadas”⁶.

No entanto, a *inércia cultural* a que se refere Veiga de Oliveira actuou de tal forma que se manteve durante este período uma matriz de ocupação que reproduz os tipos de habitação da cidade setecentista, identificados pelo autor como a casa larga e baixa e a casa estreita e alta.

A distinção entre estes dois tipos de edifício não oferece muitas dificuldades no contexto da cidade pré-almadina, no entanto, as transformações ocorridas ao longo do século XIX não permitem a manutenção de um critério tão lato para uma caracterização mais aprofundada das formas de residência da burguesia portuense. Por isso, nesta investigação utilizaram-se critérios que permitissem esclarecer de forma objectiva as distintas maneiras como a habitação unifamiliar se relacionava com a cidade.

Desde logo destacou-se uma distinção primordial, que resultou do confronto entre o edifício e o lote onde se implanta: identificaram-se as moradias isoladas, que se destacam dos

⁶ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando – **Arquitectura Tradicional Portuguesa**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992, p. 342.

limites do terreno que ocupam, procurando individualizar-se, e as moradias em banda que participam de um conjunto⁷.

Moradias isoladas: os palácios da alta burguesia

As moradias isoladas poderiam ser consideradas as *herdeiras* das “casas largas e baixas” dado que se trata de construções que, por regra, se destacam do conjunto. No entanto, dentro deste grupo pode-se identificar duas formas distintas da construção se relacionar com o espaço público. Nuns casos a construção afasta-se da rua, recusando a ligação directa do edifício ao espaço público, por vezes procurando mesmo um lugar mais interior no lote, libertando-se desta forma de qualquer contacto com a rua. Os edifícios com estas características definem um tipo de habitação que neste trabalho se denomina como “moradias isoladas sem acesso directo ao exterior” – categoria A. Noutros casos, o edifício implanta-se à face da rua, formando frente; são designadas como “moradias isoladas com acesso directo ao exterior” – categoria B.

Os edifícios da categoria A correspondem a 10% do total dos casos analisados e os da categoria B a 5%. Nestas duas categorias inserem-se os palácios da alta burguesia, dos banqueiros e dos grandes comerciantes do Porto.

Moradias em banda: continuando a tradição.

Se é possível encontrar nas moradias isoladas os edifícios excepcionais, os mais surpreendentes, aqueles que denunciam maior investimento e os que representam a materialização do sucesso, serão as moradias em banda aquelas que contribuirão mais profundamente para a caracterização da cidade enquanto um todo. São as moradias em banda que fazem a regra, correspondendo a 85% dos casos estudados.

No entanto, também aqui importa aprofundar a investigação deste modelo genérico e avançar para a identificação das características que informam de maneira mais clara a relação que estes edifícios estabelecem com o lote que ocupam e com o espaço público.

O estudo comparativo das diferentes formas de relação das moradias em banda com o lote e com o espaço público revela quatro novas categorias que se apresentam de maneira distinta. Podem-se identificar dois tipos de moradia em banda com uma configuração excepcional: as moradias em banda sem relação directa com o exterior – categoria C (correspondendo a 7% dos casos estudados) – e as moradias em banda com três frentes – categoria D (correspondendo a 18% dos casos estudados). No entanto os tipos predominantes são as moradias em banda com duas frentes e rés-do-chão elevado – categoria E (correspondendo a 29% dos casos estudados) –

⁷ Para um desenvolvimento mais aprofundado sobre o espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX, Cf. MOTA, Nelson – **A Arquitectura do Quotidiano. Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do Século XIX**. Coimbra: Edarq, 2010.

e as moradias em banda com duas frentes e rés-do-chão térreo – categoria F (aqueles com maior incidência, correspondendo a 31% dos casos estudados).

3. TRANSIÇÕES ENTRE O DOMÍNIO PÚBLICO E O ESPAÇO DOMÉSTICO

Caminhos do público para casa

O modo como cada moradia se posiciona em relação ao espaço público constitui um reflexo do valor atribuído pela burguesia oitocentista à definição de uma fronteira mais ou menos permeável entre o espaço público e a habitação.

Os edifícios das categorias A e B, correspondendo às habitações de membros da média e alta burguesia, preferem localizações mais periféricas em relação à cidade consolidada, e estabelecem fronteiras capazes de *filtrar* a relação entre o público e o privado, afastando-se da rua ou criando dispositivos de distinção dos acessos. A média e baixa burguesia, mais urbana, está associada às habitações das categorias C, D, E e F cujas fronteiras são mais permeáveis e onde o limite entre o domínio público e o privado é por vezes ambíguo.

Pode-se então afirmar que, a partir da leitura dos exemplos estudados, existe uma relação entre o nível socioeconómico e o grau de permeabilidade do interior da habitação em relação ao espaço público; quanto mais elevado é o primeiro, menor é segundo.

Espaços para estar e para receber: limites e fronteiras

Os espaços de recepção representam na habitação burguesa um território ambíguo. São lugares de relação entre a família e as visitas, isto é, entre o privado e o público. Essa ambiguidade reflecte-se na criação de espaços que transportam para o âmbito do doméstico, lugares públicos como os salões, as salas de jogos ou as salas de estudo. Estes espaços reflectem os hábitos sociais herdados da tradição inglesa do *club* em que os homens possuem um compartimento exclusivo, a sala de bilhar / sala de fumo, onde podem associar-se em privado. Surgem também compartimentos dedicados aos membros femininos do grupo familiar, as saletas, ou as pequenas salas de visitas em que as senhoras burguesas realizavam a *obrigação* social de receber: o *jour*.

A sua localização ocupa preferencialmente os espaços próximos ou em contacto com o exterior, com o espaço público. São os espaços para os quais se reserva a melhor qualificação espacial. Nas casas da alta burguesia (categorias A e B), as ligações que se estabelecem entre o

exterior e os espaços de recepção evitam a *promiscuidade* com os espaços íntimos, separando de forma clara estes dois mundos.

A sala de jantar assume um carácter hesitante. Estabelece-se com frequência em contraponto com a sala de visitas, relacionando-se com o interior do lote; por um lado trata-se de uma posição de articulação mais eficaz com as áreas de serviço, e pelo outro lado também oferece uma localização mais protegida do exterior. Constitui-se como uma divisão em que, apesar de pontualmente receber o público, assume um carácter mais privado, porque está associado a um ritual familiar quotidiano.

Apesar de se observarem diferenças de escala, a localização relativa dos espaços de recepção é comum tanto às moradias isoladas como às moradias em banda. De facto, os espaços de recepção aparecem associados a uma utilização profundamente codificada, da qual se distancia a informalidade, constituindo-se como suporte para uma forma de representação que pretende transmitir para o público uma ordem que corresponda aos ideais de sociabilidade burguesa, marcados em grande parte por valores associados a uma moralidade púdica e conservadora. Os géneros negociam a sua convivência, criando-se por vezes territórios distintos para a sua relação com o espaço doméstico.

O trabalho no espaço doméstico

De acordo com Georges Teyssot, no século XIX a “domesticidade foi racionalizada a observou-se uma extraordinária obsessão com a função. (...) A habitação estava-se a transformar num organismo progressivamente complexo e especializado”⁸. Esta especialização resultou, como afirma Walter Benjamin, da dissociação – pela primeira vez – da casa do indivíduo ao seu local de trabalho. No Porto, este processo segue a tendência. Como refere Gaspar Martins Pereira, “arquitectura e costumes, tanto como um novo espírito de empresa, conjugam-se para fazer da casa da gente de posses um refúgio à vida mundana, conduzindo ao abandono da velha habitação/loja de funções híbridas no centro urbano e ao afastamento entre a vida doméstica e a actividade económica”⁹.

No entanto, nos casos estudados, esta especialização permite ainda a permanência do escritório em casa, espaço misto de gabinete masculino e de espaço de troca com o público. Uma das formas de incorporação do escritório na estrutura da habitação, é a sua localização junto à entrada principal, confinando com o vestíbulo. Esta posição revela o interesse em

⁸ TEYSSOT, Georges - **Paesaggio d'interni / Interior Landscapes**. Milano: Electa, 1987, p. 73.

⁹ PEREIRA, Gaspar Martins – **Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)**. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 47.

aproximar esta divisão do exterior, do público, no entanto, verifica-se que em alguns casos ele acaba por também se relacionar com outros compartimentos que se estabelecem como prolongamentos para o universo mais privado. Encontramos aqui uma certa ambiguidade entre a preferência por uma implantação próxima do exterior mas também articulada com o interior.

Em alguns casos pertencentes às categorias que englobam as moradias isoladas, verifica-se uma situação particular de localização dos espaços dedicados ao trabalho. A articulação com o exterior já não se estabelece junto à entrada, no lado confinante com a rua. Passa a desenvolver-se de forma indirecta a partir de um acesso alternativo, que não interfere com a entrada principal da habitação. Esta solução parece demonstrar o interesse em resolver uma ligação de forma directa ao espaço de trabalho, sem querer, ao mesmo tempo, atribuir-lhe uma posição demasiado exposta, junto à entrada principal, evitando dentro do possível a interferência do público com o espaço doméstico.

No entanto verificam-se casos em que, devido à actividade profissional do chefe da família ou à especificidade programática do edifício, se produz um confronto mais intenso entre a actividade profissional e o espaço doméstico. Este é o caso, por exemplo, das moradias pertencentes à categoria F onde, regra geral, o rés-do-chão é ocupado com uma loja. Nestes casos, em que a componente trabalho desempenha um papel importante na organização do espaço doméstico, podemos verificar que não existe uma forma única de lidar com o confronto entre uma valência que pertence à esfera do público e a outra relacionada com o privado. Aquilo que a maior parte dos casos procura, é a criação de fronteiras que identifiquem de forma clara os limites entre cada um desses universos. Essa fronteira que habitualmente se localiza na transposição do exterior para o interior da habitação, aqui é por vezes adiada, porque o espaço público penetra no edifício.

Dispositivos de Transição

A preocupação com a definição da fronteira do público com o privado, implicou também uma valorização dos momentos de transição entre um domínio e o outro. E mais ainda, fomentou a ansiedade pelo controlo e pela codificação. Michel Foucault utilizou o conceito do *Panopticon*¹⁰ como uma metáfora para caracterizar a emergência da sociedade *disciplinadora* moderna e a sua profunda inclinação para observar e normalizar¹¹.

¹⁰ Jeremy Bentham divulgou, nos finais do séc XVIII, um dispositivo para reformar o sistema prisional ao qual atribuiu o nome de *Panopticon*, que consistia em poder observar sem ser observado.

¹¹ Sobre este assunto, Cf. FOUCAULT, Michel - **Surveiller et punir : naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 1975.

Também no âmbito do espaço doméstico emerge de forma recorrente a ansiedade de poder controlar o exterior a partir de uma posição segura, no interior. Como refere Michelle Perrot, a vida privada no século XIX assume uma preocupação *panóptica* onde a dialéctica do visível e do invisível cria dispositivos espaciais que adquirem uma importância singular¹².

A rigidez com que a moral burguesa conduzia o seu comportamento em sociedade implicava grandes constrangimentos à forma como um indivíduo, principalmente uma mulher, se deveria relacionar com o espaço público. O puritanismo, a codificação das acções e dos comportamentos era tal que, para manter uma conduta irrepreensível, era necessário cumprir um grande número de protocolos de comportamento. Esta situação transporta para o espaço privado a responsabilidade de criar uma forma de suavizar a tensão induzida pelo público. O exterior continua a despertar interesse, talvez até mais, a partir do interior. Neste sentido criam-se alguns espaços, ou alguns dispositivos arquitectónicos, que permitem a partir do interior estabelecer uma relação com o exterior. Entre estes dispositivos encontram-se os mirantes, as *bow-window*, e os torreões.

O mirante constitui-se como parte integrante do elemento de vedação, ocupando preferencialmente uma situação de limite: o cunhal ou o termo lateral do lote. Eleva-se sobre o muro de forma a evitar qualquer possibilidade de contacto directo com quem circula no espaço público. Funcionando como uma *guarita*, pretende o mesmo fim: observar e vigiar sem ser notado, ou pelo menos salvaguardado por uma posição protegida.

No próprio corpo da habitação, surgem frequentemente outros dispositivos de transição, nomeadamente a *bow-window*¹³ e o torreão. No caso da primeira, trata-se de uma forma de conformar o espaço para que, apesar de se encontrar no interior, se produza uma sensação de transporte para o exterior. A possibilidade de o perceber numa amplitude muito superior à de um vão convencional, transforma este dispositivo num modo privilegiado de encontrar no privado, uma forma de avançar para o domínio do público sem as implicações ou os constrangimentos ditados pelas normas que orientam a conduta social da burguesia.

Essa vontade de contemplar e de descobrir para além daquilo que se apresenta próximo, mas ao mesmo tempo de afirmar a sua presença marcando a paisagem, está também presente

¹² PERROT, Michelle – Les secrets de la maison, introdução a ELEG-VIDAL, Monique com DEBARRE-BLANCHARD, Anne - **Architectures de la vie Privée: maisons et mentalités. XVII - XIX siècles**. Bruxelas: Archives d'Architecture Moderne, 1989, p. 6.

¹³ A designação *bow window* como se depreende, deriva da forma inglesa de nomear uma janela que se desenvolve em arco. Habitualmente esta forma aparece associada a uma janela que se destaca do plano da fachada, podendo, desta forma relacionar-se com o exterior numa amplitude de 180°. Em alguns casos recebe também a mesma designação as situações em que a janela, saindo igualmente do plano da fachada, possui três lados relacionados em ângulo recto, em vez de em arco.

num outro elemento que caracteriza várias moradias investigadas: o torreão. A sua ocorrência, à semelhança do que acontece com os mirantes, acontece primordialmente nas moradias isoladas e a sua incorporação no desenho da casa assume um papel protagonista na composição.

Destaca-se em relação à *cércea* dominante, elevando-se do conjunto para se colocar acima de tudo, num ponto onde a contemplação possa usufruir de horizontes mais abrangentes. No entanto o seu sentido não é único; por um lado estes elementos procuram uma posição favorável e protegida para ver, como acontece nas torres das construções militares, mas ao mesmo tempo surgem como uma marca que procura o reconhecimento a partir do exterior, como sucede nas torres dos edifícios religiosos.

4. CONCLUSÃO

Durante o século XIX, um conjunto extenso de factores – seja de natureza tecnológica ou cultural - concorrem para criar uma ruptura com o passado. Estavam criadas as condições para a emergência da modernidade, que viria a influenciar a caracterização do espaço doméstico. De facto, Hilde Heynen considera que a “luta pelo progresso, racionalidade e autenticidade (...) parece implicar necessariamente, o abandono do lar. Uma condição metafórica de sem-abrigo é frequentemente considerada o cunho da modernidade”¹⁴.

No entanto, as profundas transformações que o século XIX introduziu na sociedade, não apagaram aquilo que Georges Teyssot chama a *memória do habitar*¹⁵. O Porto, por exemplo, sofreu ao longo do século XIX uma transformação profunda no seu território ao mesmo tempo que a burguesia redefinia também os protocolos de sociabilidade. A fronteira entre o domínio público e o privado transformou-se numa espaço tenso onde se negociava a domesticidade com a publicidade. No entanto, no Porto, a “revolução” provocada por estes fenómenos é suportada por um processo de evolução em continuidade com os modelos da cidade medieval. Trata-se daquilo que o antropólogo Veiga de Oliveira classificou de “inércia cultural”.

No espaço doméstico da burguesia portuense no período que estabelece a transição entre o século XIX e o XX ainda é possível reconhecer a tentativa de criação de um *mundo ideal* deslocado da realidade que a cidade industrial vai construído ali mesmo ao lado, mas também

¹⁴ HEYNEN, Hilde – Modernity and Domesticity. Tensions and contradictions. In HEYNEN, Hilde e BAYDAR, Gulsum (Eds.) – **Negotiating Domesticity. Spatial productions of gender in modern architecture**. London and New York: Routledge, 2005, p. 2.

¹⁵ TEYSOT, Georges – **Da Teoria de Arquitectura: Doze ensaios**. Coimbra/Lisboa: Edarq/Edições 70, 2010, pp.113-116.

pode-se encontrar sinais de contaminação e de diluição das fronteiras que pretendem distinguir esses dois mundos.

No final do século XIX, privado e público são domínios que confluem no espaço doméstico da burguesia portuense sem que as suas fronteiras resultem em limites nítidos. Do seu “camarote no teatro do mundo”, a burguesia confronta-se com lugares híbridos onde se torna difícil definir com clareza a fronteira entre o mundo público, dos actores e o mundo privado, dos espectadores.